

Sarney cobra de Cardoso o que não fez no Governo

19 FEV 1995

19 FEV 1995

RENATA GIRALDI

JORNAL DE BRASÍLIA

O presidente do Congresso Nacional, José Sarney (PMDB/AP) pediu ao presidente Fernando Henrique Cardoso para evitar a edição de medidas provisórias. Ao fazer o pedido, Sarney deve ter esquecido que ele mesmo, quando exercia a Presidência da República editou 147 MPs, em um ano e meio de governo. As medidas provisórias são as principais responsáveis pela sobrecarga nas pautas de votação. É necessário que elas sejam colocadas na ordem do dia abrindo as sessões, antes de quaisquer outros temas. Com isso, a primeira sessão mista do ano, marcada para a próxima terça-feira, às 14h30, começa com a votação de 43 MPs enviadas pelo Governo ao Congresso.

A tradição dos presidentes da República em editar MPs para aprovar leis de interesse do Governo emperra as pautas e provoca verdadeiros recordes nos números de medidas editadas e reeditadas. Só na última sexta-feira, o presidente Fernando Henrique reeditou 13 medidas provisórias. O que não assusta, tanto se comparado ao seu antecessor — o campeão de MPs. Itamar Franco, em dois anos de governo, editou 541 Medidas, algumas como a Lei de Licitações chegou a ter sete reedições. O ex-presidente Fernando Collor foi mais modesto, mesmo assim não ficou tão atrás: em dois anos, foram 154 medidas provisórias editadas.

Constituição — À mercê do que determina a Constituição de que as medidas provisórias só devem ser editadas em casos de urgência ou relevância, os presidentes da República, desde a época de Sarney se utilizam deste recurso para acelerar os projetos de interesse executivo que nem sempre atendem os crité-



Sarney, que usou MPs em excesso, agora faz campanha contra

rios pré-estabelecidos.

A aprovação da MP pode se dar de duas formas: uma, em que é aprovada nos termos em que foi editada pelo presidente da República e a outra, em que o projeto de conversação é remetido ao presidente como se fosse um projeto de lei aprovado pelo Congresso, para que seja submetido à sanção ou veto. Para a tramitação é exigida apenas maioria simples para ser aprovada (50% mais um dos presentes). A medida provisória tem validade por apenas 30 dias.

Pautas — Os deputados e senadores deverão votar, na próxima terça-feira, uma série de medidas que se arrastam no Congresso, desde o ano passado. Como é o caso da MP nº 851 sobre o real, que estabelece as regras e as condições de emissão da nova moeda. Se esta MP não for apreciada no dia 21 (terça-feira) deverá mais uma vez ser reeditada e continuar emperrando a pauta. Na mesma situação existem mais cinco medidas que também estão com o prazo para vencer justamente no dia da vota-

ção. Na lista, estão as MPs nº 847, 848 e 849 que tratam do salário mínimo —, das mudanças no Imposto de Renda e alterações nos cálculos da contribuição para o PIS, o Programa de Integração Social.

Outros assuntos polêmicos que também estarão em pauta, entre eles as MPs que dispõem sobre a venda de carros populares, sobre as regras para a conversão das mensalidades em real e a implementação da isonomia dos servidores civis. A decisão de acelerar a votação das medidas provisórias que obstruem a pauta do Congresso, ao lado dos 134 vetos, foi tomada pelo senador, José Sarney. Ele apelou aos parlamentares para que todos comparecessem à sessão já que os trabalhos não podem prosseguir se a pauta não for desobstruída. Um desafio que na última legislatura foi enfrentado pelo ministro da Justiça, Nelson Jobim, na época deputado federal. Jobim apresentou um projeto para restringir o número de MPs editadas pelo presidente da República. No entanto, o projeto espera para ser votado até hoje.

Meta agora é controlar o partido

Depois de assegurar a vitória na eleição para a presidência do Congresso, o grupo do senador José Sarney (PMDB-AP) se prepara para dar um passo mais ousado. A intenção agora é passar a ter o maior número possível de representantes nos diretórios municipais e estaduais, tentando solidificar sua base dentro do PMDB. A estratégia bate de frente com a do ex-governador de São Paulo, Orestes Quércia, ainda um nome muito influente dentro dos diretórios e que deseja manter sua hegemonia. Na verdade, a disputa pelos diretórios — que terão eleições em abril — antecipa uma disputa pelo poder den-

tro do PMDB que deverá resultar no futuro candidato do partido à Presidência da República, em 1998.

Favorecido pelo fracasso de Quércia na eleição presidencial, Sarney passou a ocupar espaços importantes dentro do PMDB e a executar uma estratégia de fortalecimento dentro do partido. Primeiro ganhou a eleição para a presidência do Senado, derrotando Pedro Simon (RS) e Íris Rezende (GO). Depois conseguiu a vitória de Jader Barbalho (PA) contra José Fogaça (RS) para a liderança do partido no Senado e a inclusão do senador Re-

nan Calheiros (AL) na composição da Mesa do Senado.

A estratégia do grupo ligado a Sarney já tem seus passos traçados até 1998. Primeiro, intensificar a força sarneyzista dentro dos diretórios para em setembro, conseguir eleger o presidente do PMDB. O grupo poderá lançar Íris Rezende ou Gilberto Miranda (AM) para disputar o cargo. A meta seguinte é fazer o candidato do partido prefeito de São Paulo. E, por fim, assegurar a vitória de Sarney na convenção do partido que escolherá o candidato à sucessão de Fernando Henrique Cardoso.